



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

**CASO BPN****PCP quer Dias Loureiro de novo no Parlamento**

O PCP vai apresentar um requerimento a exigir que Dias Loureiro volte a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, após a publicação de notícias que o envolviam nos negócios do banco em Porto Rico.



Contradições no «Caso BPN»

Deputados querem ouvir outra vez Dias Loureiro

Os representantes do CDS-PP, PCP e Bloco de Esquerda apresentam hoje um novo pedido no sentido da comparência de Dias Loureiro na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN. O PS e o PSD já fizeram saber que não vão impedir uma segunda audição do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios.

Uma eventual contradição entre o depoimento de Dias Loureiro no dia 27 de Janeiro e os documentos publicados anteontem pelo semanário «Expresso», assim como outros

documentos a que os deputados tiveram acesso após a primeira audiência no Parlamento, está na origem da decisão dos representantes do CDS-PP PCP e BE.

Em Madrid, o antigo ministro da Administração Interna no Governo de Cavaco Silva e membro do Conselho de Estado disse já estar disponível para voltar à Assembleia da República, com vista a esclarecer os contratos que rubricou com o «Excellence Assets Fund», um fundo que, na primeira audição, disse desconhecer. Este fundo serviu para

comprar duas empresas tecnológicas em Porto Rico e o negócio lesou o Banco Português de Negócios em 38 milhões de euros.

“Admito que os tenha assinado, mas, entre isso e aquilo que é fundamental em todo este negócio, não há contradição nenhuma”, garantiu mesmo Dias Loureiro.

“Não cometi nenhuma ilegalidade. Fiz aquilo que pessoas que sabiam mais do que eu, e pessoas sérias, achavam que devia ser feito”, acrescentou o ex-ministro, que se diz mesmo de **“consciência tranquila”**.

**BPN. PCP quer ouvir Dias Loureiro**

O PCP quer que Dias Loureiro volte à Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN e vai apresentar um requerimento a pedir uma segunda audição ao antigo administrador na Sociedade Lusa de Negócios.



MARCELO ACHA CONTUDO QUE BARÃO DO PSD SABIA DO NEGÓCIO PORTO-RICO

“Admito que Loureiro não tenha mentido”

■ ■ Admito que ele não tenha mentido”. Foi desta forma que Marcelo Rebelo de Sousa apanhou o mote na RTP para falar de Dias Loureiro, um dos barões do seu próprio partido e ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). “Os negócios de

Porto Rico ocorreram há muito tempo, ha oito anos, e acredito que ele não se lembre”, comentou.

Marcelo admite contudo que Dias Loureiro, seu companheiro no PSD teve intervenção directa nas compras das sociedades porto-riquenhas: “É uma

pessoa que sabe ler. Tem uma inteligência acima da média. Leu antes assinar, claro que leu. E é natural que as investigações venham a mostrar que estava mais por dentro das questões de Porto Rico do que diz em sede de comissão de inquérito”, defendeu.



Dias Loureiro volta ao Parlamento para discutir BPN

PCP vai requer nova audição. Ex-ministro já disse estar disponível.

Marta Reis
mreis@economicasgps.com

Dias Loureiro vai voltar à comissão de inquérito à nacionalização do BPN, tendo já manifestado "total disponibilidade" para prestar mais esclarecimentos que os deputados considerem necessários.

Os grupos parlamentares consideram necessário ouvir novamente o actual conselheiro de Estado de Cavaco Silva, depois de, durante o fim-de-semana, terem sido divulgadas notícias que mostram a existência de contradições com o primeiro depoimento de Dias Loureiro.

O semanário Expresso noticiou que Dias Loureiro "mentiu à comissão de inquérito" quando disse desconhecer a existência do Excellence Assets Fund, já que, documentos divulgados pelo jornal, mostram que o ex-ministro "assinou dois contratos onde esse fundo é parte". Na comissão de inquérito, a 27 de Janeiro, Dias Loureiro afirmou desconhecer o Excellence Assets Fund, veículo que fez uma compra ruinosa (prejuízo de 38 milhões de dólares) de duas empresas tecnológicas em Porto Rico.

Contactado pelo Diário Económico, Dias Loureiro não quis ir além do que já tinha afirmado publicamente sobre esta questão. No sábado, na RTP, o antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), 'holding' que detinha o BPN, negou ter mentido perante a

comissão. "Não faltei à verdade. Eu não tenho um arquivo de memória e disse o que tinha na memória. Mas não há nenhuma contradição", afirmou. Dias Loureiro acrescentou que já enviou uma mensagem à presidente da comissão parlamentar, Maria de Belém Roseira, a manifestar "total disponibilidade".

Honório Novo disse já, à Lusa, que o PCP vai "querer ouvir novamente o dr. Dias Loureiro na Comissão", assim como "todas as pessoas em relação às quais se vier a verificar

Presidente da República diz que já falou uma vez sobre este assunto e que "é suficiente".

que prestaram depoimentos contraditórios". Hugo Velosa (PSD), e Nuno Melo (CDS/PP), ouvidos pela agência de notícias, admitiram que poderá ser necessário voltar a ouvir Dias Loureiro, opinião partilhada por João Semedo, do Bloco de Esquerda. Questionado sobre este assunto, Ricardo Rodrigues afirmou que "o PS não inviabilizará" uma segunda audição se esta for requerida por algum grupo parlamentar.

Já Maria de Belém Roseira disse à Lusa que não lhe compete a si "tomar nenhuma iniciativa individual" sobre as alegadas declarações falsas de Dias Loureiro à Comissão. ■

Dias Loureiro, antigo administrador da SLN





BANCA

BdP não encontra Insular no sistema informático do BPN

Elementos do Banco de Portugal já viram as aplicações disponíveis nos computadores do BPN, mas não encontraram no sistema acesso ao Insular

MARIA JOÃO BABO
MARIA JOÃO GAGO

Elementos do Banco do Portugal (BdP) estiveram na semana passada na sede do Banco Português de Negócios (BPN) para confirmar se o sistema informático do banco permitia o acesso generalizado ao Banco Insular, como disse António José Duarte, antigo assessor da administração na comissão parlamentar de inquérito ao BPN.

O **Negócios** sabe que na passada quinta-feira, à tarde, alguns elementos da entidade de supervisão bancária estiveram na instituição, desi-

gnadamente em departamentos ligados às operações com "off-shores", onde constataram não ser possível aceder ao Banco Insular através do sistema informático normal da instituição.

António José Duarte, assessor da administração do BPN desde o tempo de José de Oliveira Costa, garantiu a 5 de Fevereiro aos deputados que "o Banco Insular estava no sistema informático do BPN" e que o registo informático de todas as operações lançadas naquela entidade "fica disponível para qualquer consulta interna ou externa". O quadro do banco disse mesmo que o acesso ao computador que tinha o balcão virtual "era feito pelo mesmo cabo de ligação que dava acesso ao sistema informático do BPN". Possibilidade que os elementos do BdP não terão confirmado.

Contactada pelo **Negócios**, fonte oficial da entidade liderada por Vítor Constâncio, escusou-se a comentar quaisquer diligências feitas.

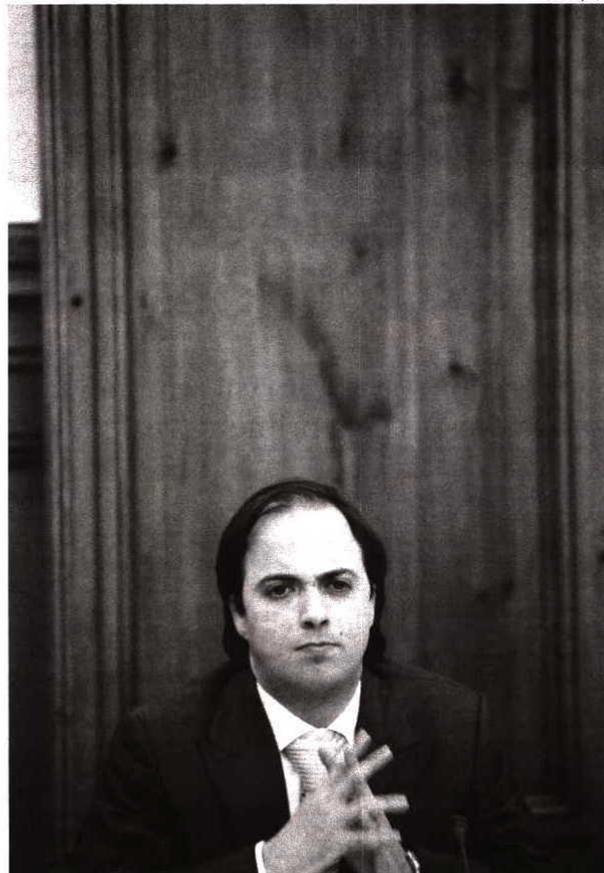
Também na passada quinta-fei-

O Banco Insular estava no sistema informático do BPN

ANTÓNIO JOSÉ DUARTE

Ex-assessor da administração do BPN

ra António Franco, antigo administrador do BPN, disse na comissão de inquérito à nacionalização que as transferências do Insular - ordenadas por responsáveis como José de Oliveira Costa, Francisco Sanchez e Luís Caprichoso - "no máximo eram concretizadas por cinco ou seis pessoas da direcção de operações. O ex-director de operações, disse ainda que o Banco de Portugal "pediu acesso ao AS400" - o computador do BPN em que eram registadas as operações de transferência do BPN para o Insular. E que "até 2004 o acesso [às operações] de Cayman [e do Insular] era filtrado".



António José Duarte | No Parlamento disse que o Insular estava no sistema.



A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Por que Cavaco vai sair mal do “affaire” Dias Loureiro

Em Novembro de 2001, um presidente e um administrador gastam 38 milhões de dólares (milhões, note-se) na compra de duas empresas em Porto Rico. Sete meses depois o negócio é encerrado com um prejuízo de 38 milhões. Volvidos sete anos, o administrador diz que não se recorda de nada. Diz no Parlamento e agora, quando confrontado pelos factos. E os factos são documentos onde a sua assinatura aparece a caucionar o negócio. Lapsos de memória são sempre possíveis. Mas estranho alguém não se lembrar de uma operação tão avultada (quantas terá Dias Loureiro assinado, deste montante, no grupo SLN?). Sobretudo quando confessou na televisão que o presidente do banco Ihe tinha confiado a missão de analisar o negócio porque era versado em empresas do sector tecnológico. Já uma vez disse aqui que, no assunto BPN, nada me espanta (crónica de 24/11/2008). Mas espanta-me que o Presidente, pessoa impoluta, continue a caucionar Loureiro como conselheiro de Estado. Cavaco Silva tem de perceber que, por este andar, vai acabar salpicado pelas trapalhadas de Dias Loureiro (que até pode ser acusado de perjúrio). Sendo assim, por que o mantém no cargo? Porque Loureiro esteve do seu lado, no PSD, e porque foi, alegadamente, uma das pessoas-chave nos financiamentos da campanha presidencial (como se diz nos bastidores)? Não sei. Mas é tempo de Cavaco acordar. Até porque quer passar mais cinco anos em Belém.



CASO BPN

Dias Loureiro disponível para voltar ao Parlamento

➔ Dias Loureiro manifestou ontem a sua “total disponibilidade” para voltar a prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN. O Conselheiro de Estado negou que tenha mentido na comissão, reafirmou que não fez nada de ilegal e não tirou qualquer proveito próprio dos negócios em Porto Rico.

“Não falei à verdade. Eu não tenho um arquivo de memória e [na comissão] disse o que tinha na minha memória. Mas não há ne-

nhuma contradição”, afirmou o ex-ministro de Cavaco Silva, que também não vê razão nenhuma para sair do Conselho de Estado.

Dias Loureiro revelou ainda que telefonou à presidente da comissão, Maria de Belém Roseira, tendo-lhe deixado uma mensagem a manifestar a sua “total disponibilidade” para voltar a ser ouvido pelos deputados.

Os partidos admitem chamar novamente Dias Loureiro face às alegadas contradições. ■



Justacausa

RUI ABRUNHOSA GONÇALVES PROFESSOR UNIVERSITÁRIO



Faltar à verdade e mentir

A psicologia do testemunho tem como objectivo avaliar a credibilidade e a fiabilidade dos testemunhos bem como os erros de testemunho voluntários e involuntários. A sua origem reside no facto de que perguntar a uma testemunha presencial de um acontecimento o que aconteceu, não é garantia suficiente para que fiemos a conhecer os pormenores do referido acontecimento, e deste modo, o possamos apreciar objectivamente. Assim, mesmo as pessoas que acreditam estar a dizer a verdade cometem erros de testemunho.

Vários aspectos afectam a fiabilidade e a credibilidade do testemunho, nomeadamente as características ligadas ao sujeito e as relacionadas com o evento. Assim, se este último for ambíguo ou foi presenciado num local pouco iluminado ou algo distante do observador, é natural que isso afecte o grau de precisão. Por outro lado, a capacidade de atenção e percepção do observador também podem ser limitadas por insuficiências do próprio (por exemplo, visão diminuída) ou pelas características e relevância social do facto em causa (por exemplo, ser vítima de um crime sobre o qual tem de testemunhar). Um outro factor que concorre para a imprecisão dos testemunhos é o lapso de tempo decorrido entre o acontecimento e o momento da evocação do mesmo.

Os três tipos de distorção involuntária do testemunho que a nossa memória utiliza são o nivelamento (esquecem-se a maioria dos detalhes para obter um relato mais simples e uniforme da situação), a agudização (enfatizam-se e exageram-se os detalhes

mais característicos da situação) e a assimilação (alteram-se detalhes em função de expectativas de "normalização", de acordo com as crenças e estereótipos mais comuns). Qualquer um deles é legítimo, isto é, é normal que aconteça quando somos obrigados a re-ruar no tempo para relatar algo que fizemos. E portanto, em qualquer um dos casos, ainda que não querendo fazê-lo de propósito, faltaremos à verdade.

A diferença entre faltar à verdade nas circunstâncias descritas e contar algo que sabemos ser mentira está nas características do relato, que serão substancialmente diferentes. Assim, quando Dias Loureiro aparentemente se confunde e diz que não se lembra de ter assinado determinados papéis, provavelmente está a falar verdade, pois tais incongruências são muito mais típicas de um relato verídico do que produto de uma mentira previamente orquestrada e que agora foi desmontada.

Há procedimentos científicos para distinguir relato falso de um verdadeiro

Existem procedimentos cientificamente validados que permitem com um bom grau de precisão distinguir um relato verdadeiro de um relato deliberadamente fabricado. Contudo, um caso que se apoia unicamente no relato de testemunhas é sempre bastante falível. Salvaguardados os exageros, é nestas alturas que os ensinamentos de séries televisivas tipo CSI, relativos à importância das provas técnicas, deveriam ser tidos em conta.

* Rui Abrunhosa Gonçalves escreve neste espaço, quinzenalmente, à segunda-feira



Dias Loureiro diz que não se lembra de ter assinado documentos do BPN

Bloco de Esquerda

Assinei, mas não me lembro



HELENA PINTO
Deputada

O escândalo da fraude gigantesca do BPN ainda está longe de terminar. Sucedem-se as audições na Comissão de Inquérito do Parlamento e sucedem-se as contradições e a ausência de informações a coberto do "segredo" do sistema bancário. A Caixa Geral de Depósitos já injectou 1,4 mil milhões de euros num "buraco" que se calcula de 1,8 mil milhões, fruto de negócios estranhos, realizados em *off-shores* e ruinosos. Os ilícitos criminais avolumam-se. Em nome da democracia, este inquérito tem de chegar ao fim e todas as responsabilidades têm de ser apuradas. Não podem ser os contribuintes a pagar este

DIAS LOUREIRO PARECE TER SIDO TOMADO POR UMA "AMNÉSIA" CONVENIENTE

autêntico descalabro e não se averiguar as responsabilidades de quem dirigia o Banco e a Sociedade Lusa de Negócios. Dias Loureiro é uma peça-chave, que parece ter sido tomado por uma "amnésia" selectiva e muito conveniente. Fala, fala, lembra-se de alguns pormenores, mas esquece que assinou os contratos que estiveram na base do negócio de Porto Rico. Alguém acredita que uma pessoa, com o grau de responsabilidade que lhe atribuem, assine contratos de negócios de milhões sem ler o que está a assinar, como o próprio admitiu? "Posso ter assinado, mas não me lembro, nem li os papéis..." Duas conclusões é possível retirar desde já: Dias Loureiro mentiu à Comissão de Inquérito e, se desde a primeira hora não tinha condições nem pessoais, nem políticas para ter assento no Conselho de Estado, agora a sua presença é para além de injustificada, completamente insustentável.

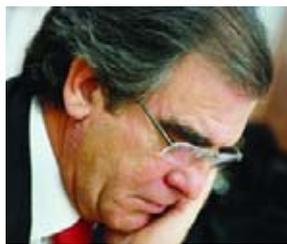
Caso BPN

Loureiro volta à AR

• O PCP quer que Dias Loureiro regresse à Comissão Parlamentar de Inquérito ao “caso BPN” e vai pedir uma segunda audição ao antigo administrador na Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Já o CDS-PP diz que

Dias Loureiro deve tomar a iniciativa de esclarecer as “divergências”.

Ouvido pela TSF, o deputado comunista Honório Novo disse que há “contradições” documentadas que justificam uma segunda audição, para a


ANICETO
A FAZER CONTAS À VIDA

qual o ex-administrador da SLN já se mostrou disponível.

Mentiu. Para Nuno Melo, do CDS-PP, deve ser Loureiro a tomar a iniciativa de esclarecer a comissão, depois de o *Expresso* ter avançado que o conselheiro de Estado escolhido por Cavaco Silva “mentiu” aos deputados.



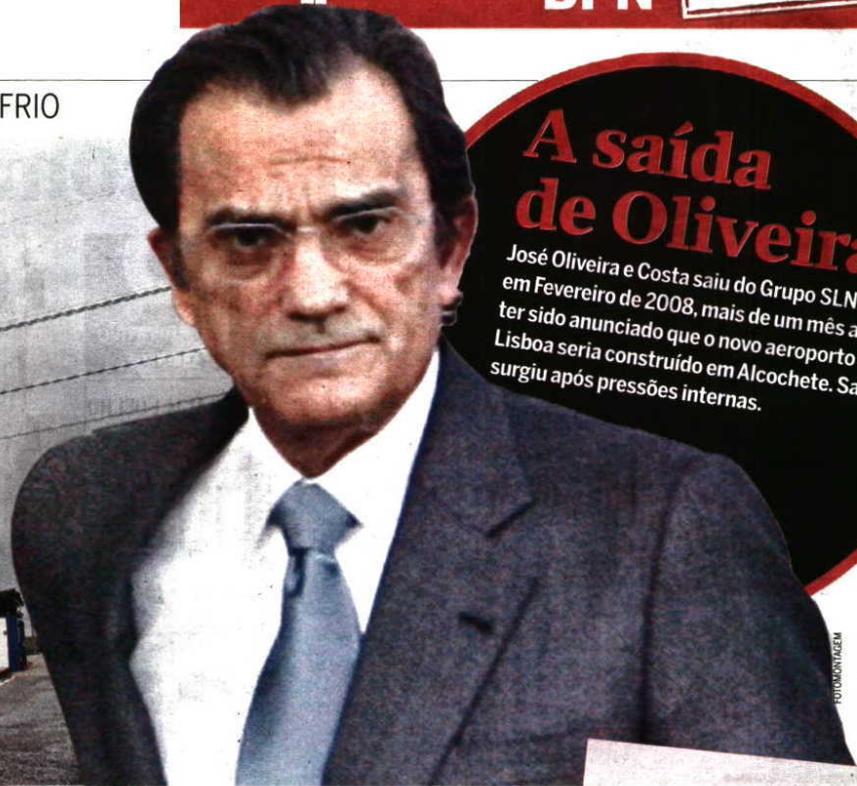
Bloco ataca **DIAS LOUREIRO DEVE DEMITIR-SE**

O deputado do Bloco de Esquerda João Semedo defende que Dias Loureiro deve demitir-se do Conselho de Estado e considera que nunca deveria ter sido convidado pelo Presidente da República para aquele órgão. Segundo o deputado do Bloco, "não era necessário haver nenhuma comissão de inquérito ao BPN para se saber que Dias Loureiro integrou um grupo financeiro que anos após anos viveu da fraude e de operações irregulares" e "nada recomendaria o convite" para conselheiro de Estado.

Segundo João Semedo, na comissão de inquérito sobre Dias Loureiro "não disse tudo o que sabia e faltou à verdade" e as "muitas contradições levam o BE a querer que seja novamente ouvido."



NEGÓCIO ■ BPN FINANCIOU COMPRA DE RIO FRIO



A saída de Oliveira
José Oliveira e Costa saiu do Grupo SLN/BPN em Fevereiro de 2008, mais de um mês após ter sido anunciado que o novo aeroporto de Lisboa seria construído em Alcochete. Saída surgiu após pressões internas.

Aeroporto tapa buraco do Insular

■ Compra dos terrenos junto ao novo aeroporto de Lisboa pertence a empresa apontada como solução para viabilizar a venda do Banco Insular

■ ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

As negociações para a compra de quatro mil hectares da herdade de Rio Frio, junto ao Campo de Tiro de Alcochete, decorreram entre Agosto e o final de Dezembro de 2007, dois meses após o Governo ter pedido um estudo comparativo entre Ota e Alcochete e duas semanas antes do anúncio da nova localização do Aeroporto de Lisboa. Os terrenos, adquiridos com crédito do BPN, são propriedade indirecta da OPI 92, empresa da Sociedade Lusã de Negócios (SLN) que foi apontada como uma solução para "tapar" o buraco financeiro do Banco Insular (BI).

Fernando Fantasia, gestor e accionista da OPI 92, é categórico: "Co-

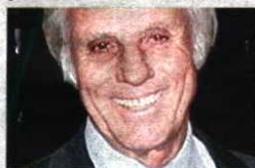
meçámos as negociações em Agosto, estava tudo praticamente negociado em Outubro, e foi tudo concluído no final de Dezembro de 2007." Um accionista da SLN já garantira ao CM que "os terrenos junto ao aeroporto em Alcochete foram comprados uma ou duas semanas antes de o Governo anunciar a nova localização do aeroporto".

Com o estudo da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) sobre o aeroporto em Alcochete, apresentado em Maio de 2007 ao Presidente da

República, e a campanha de Marques Mendes, então líder do PSD, contra a Ota, surgiram sinais de que poderia haver mudanças na localização do aeroporto. O gestor diz que "não foi qualquer decisão sobre o aeroporto de Lisboa que motivou a compra da

PERFIL

■ **FERNANDO FANTASIA** Fundou a OPI 92, uma sociedade familiar, há cerca de 20 anos. Administrador da SAPEC - grupo do qual Eduardo Catroga, ex-ministro das Finanças do Governo de Cavaco Silva, Fernando Fantasia é também responsável pelo projecto turístico da Mina do Lousal, no Alentejo. E foi apoiante de Cavaco Silva na campanha das presidenciais.

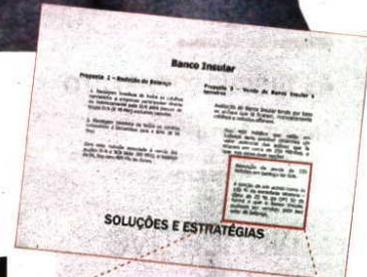


DIREITOS RESERVADOS

segunda fase de terrenos de Rio Frio." Para essa compra, contribuiu "a oportunidade, porque o Fernando Garcia queria vender, e os terrenos são pegados ao projecto turístico que estamos a desenvolver", diz. E remata: "Quando veio a decisão do aeroporto para Alcochete, ficámos na dúvida se tínhamos feito um bom negócio ou dado um tiro no pé."

A data do negócio, a SLN detinha 20 por cento da OPI 92, através da Wisteria, empresa que pagara a Fernando Fantasia 2,51 milhões de euros por essa aquisição. E, no final de 2007, após a compra dos terrenos, o gestor vendeu mais 70% da OPI 92 à SLN. Por via da Wisteria, a OPI 92 foi apontada como uma solução para viabilizar a venda do Banco Insular e assim resolver o buraco financeiro.

Rio Frio foi adquirida com crédito do BPN, que terá vindo do BI. Fernando Fantasia é categórico: "O BI não tem nada a ver comigo!" ■



Assunção da perda de 150 Milhões em balanço no SLN.

A junção de um activo como os 100 % da sociedade Wisteria - dona de 20 % da OPI 92 de forma a que o Banco Insular, pudesse ser vendido pelo seu valor de balanço.

Activos davam para garantir a venda

■ Em Março de 2008, Oliveira e Costa recebeu um documento da SLN com a radiografia financeira do Grupo. O documento, intitulado 'O Estado da Nação', aponta várias soluções para o Banco Insular (BI).

Com 409 milhões de euros registados como activo, "nomeadamente créditos a veículos offshore", a solução passava pela junção da Wisteria, dona de 20 por cento da OPI 92, para garantir que o BI pudesse ser vendido por 409 milhões de euros. O buraco apurado ascendeu a 360 milhões de euros. ■



SLN | 150 MILHÕES

Uma das soluções para resolver o buraco do Banco Insular, que tinha um activo de 409 milhões de euros, passava pela SLN assumir a perda de 150 milhões de euros desse valor

CARTA | VÍTOR CONSTÂNCIO

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, recebe uma carta de Abdool Vakil a 2 de Junho de 2008, na qual confirma que o Banco Insular é detido pela Sociedade Lusa de Negócios



INQUÉRITO | OLIVEIRA E COSTA

A comissão de inquérito parlamentar decidiu ouvir Oliveira e Costa, o presidente do BPN, à porta fechada, mas este não disse uma única palavra e regressou à prisão



BRUNO COLAÇO

A Socar – Sociedade Agro-Pecuária foi encerrada em Abril de 2008

Falências e desemprego em causa

● A SOCAR, que tinha sido comprada a Fernando Garcia, cuja fábrica funcionava na quinta do Anjo, fechou a 22 de Abril de 2008, tendo colocado no desemprego cerca de cem trabalhadores.

A Agripor, localizada em Canha,

também fechou na mesma altura. Esta empresa foi comprada pela Gestoparata, participada pela SLN e gerida por um conselho de administração, do qual, na altura, faziam parte António Capoulas, Mariano Gonçalves e Ramos Rocha. ■

🔍 DATAS-CHAVE

- **JUNHO**
O ministro das Obras Públicas, Mário Lino, vai ao Parlamento a 13 de Junho de 2007 e anuncia que o LNEC tem seis meses para comparar as soluções Ota e Alcochete para o novo aeroporto.
- **DEZEMBRO**
No final do mês de Dezembro de 2007, é concretizada a compra de cerca de quatro mil hectares da Herdade de Rio Frio.
- **JANEIRO**
No Conselho de Ministro de 10 de Janeiro de 2008, o primeiro-ministro, José Sócrates, anuncia que o Governo seguirá os conselhos do LNEC optando pela solução de Alcochete em detrimento da opção Ota.

Terrenos dão origem a conflito na SLN

■ A compra de cerca de quatro mil hectares da Herdade de Rio Frio gerou um conflito interno na SLN sobre a entrega dessa propriedade desse património à SLN ou ao BPN, banco que financiou o negócio, que só terminou há cerca de um mês. Pela compra dos terrenos, da Agripor e da Socar – Sociedade Agro-pecuária, duas empresas que estavam praticamente falidas, a Pluripart, firma detida em partes iguais pela OPI 92 e Emídio Catum, pagou quase 40 milhões de euros.

“Eu estava à espera desde o final de 2007 para que eles me dissessem a quem é que as acções da OPI 92 [cor-

respondente à venda de 70% do capital social da empresa] eram transmitidas.” E precisa: “Disseram-me há três ou quatro semanas que as acções eram transmitidas para a SLN!”

Aquisição custou cerca de 40 milhões de euros

Ao que o CM apurou, os terrenos provocaram divisões na SLN, com alguns accionistas a defenderem que esse património ficava mais protegido no BPN e outros a contraporem que deviam ficar na SLN. Fernando Fantasia diz que “não sabia que a Wisteria [que comprou 20% da OPI 92] era da SLN.” Mais: Em 2004, “a SLN disse-me que arranjava um comprador.” Desde então, “nunca mais os vi [compradores da OPI].” ■



ID: 23837456

15-02-2009



PSD | HUGO VELOSA

Hugo Velosa disse à TSF que o PSD não vai pedir uma nova audição de Dias Loureiro na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso BPN



PS | RICARDO RODRIGUES

Ricardo Rodrigues diz que o PS não vai inviabilizar uma nova audição de Dias Loureiro na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, mas também não tomou decisão

REACÇÃO ■ SOCIAL-DEMOCRATA GARANTE QUE FALOU VERDADE

“Disse tudo o que era relevante”

■ Dias Loureiro não sai do Conselho de Estado e Cavaco segura o seu ex-ministro, afirmando que já falou uma vez

● SÓNIA TRIGUEIRÃO

Dias Loureiro, ex-ministro de Cavaco Silva e actual membro do Conselho de Estado, viu-se obrigado ontem a afirmar que não mentiu perante a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN quando negou conhecer a existência do fundo Excellence Assets.

Perante a notícia do ‘Expresso’, que dava conta que Dias Loureiro tinha assinado “dois contratos onde esse fundo é parte”, o antigo presidente da Sociedade SLN afirmou à RTPN que não há contradições nas suas declarações: “Disse tudo o que era relevante neste negócio e que guardei na minha memória. Não tirei nunca qualquer vantagem pes-

soal além do meu salário.” E garantiu que não tinha faltado à verdade: “Eu não tenho um arquivo de memória e [na comissão] disse o que tinha na minha memória. Mas não há nenhuma contradição.”

Além disso, Dias Loureiro contou que está disponível para voltar à Comissão de Inquérito para esclarecer a situação. Disse ter deixado uma mensagem gravada no telemóvel de Maria de Belém, a presidente da Comissão, a disponibilizar-se para uma nova audição. Porém, o ex-ministro de Cavaco Silva só não está disponível para uma coisa. Sair do Conselho de Estado não está, para já, nos seus planos. Apesar de o deputado do BE, João Semedo, ter pedido a sua saída, Dias Loureiro

reafirmou que não vê razões para tomar essa decisão.

Quem também não quer alimentar esta polémica é o Presidente da República, que, com silêncio, segura o seu conselheiro de Estado. Questionado sobre se mantinha a confiança em Dias Loureiro, afirmou apenas: “Já falei uma vez e é suficiente.” A 25 de Novembro de 2008, Cavaco Silva disse não ter “qualquer razão para duvidar” da palavra do seu conselheiro de Estado. E revelou que Loureiro já lhe tinha garantido “solenemente que não cometeu qualquer irregularidade” na SLN.

Dos partidos que fazem parte da Comissão de Inquérito, apenas Honório Novo do PCP disse que tencionava voltar a chamar Dias Loureiro. Ricardo Rodrigues do PS afirmou que não se ia opor, e o CDS-PP quer mais tempo para recolher mais informações e só mais tarde marcar nova audiência. ■

“Eu não tenho um arquivo de memória”

Dias Loureiro



INACIO ROSALVA

■ **Cavaco o Presidente da República, Cavaco Silva, recusou comentar as alegadas contradições de Dias Loureiro e dizer se mantém a confiança no seu conselheiro. Ontem, confrontado com o assunto, afirmou que já tinha falado “uma vez” sobre o assunto e que isso “é suficiente”. Quando falou pela primeira vez, o Presidente disse ter confiança em Dias Loureiro.**



COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ACCIONISTA DA BIOMETRICS IMAGING INC EM 31.12.2001 E QUE SE MANTEVE INALTERADA ATÉ 30.06.2002

Nome	%
Hercio Hoyos	35,90
SAI	27,75
Excellence Assets Fund	25,00
Paul Margalit	9,75
Armando de Pinhal	4,74
Marion Swinney	1,73
Teofil Marasch	0,85
Beatriz Vitoria	0,48
James Purdy	0,30
Alex Rivera	1,13
Michael Dennis	1,13
Employee Stock Options	0,29
TOTAL	100,00

Empresa vendida em círculo num único dia

● O negócio “ruinoso” de Porto Rico, ao qual o ex-ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, ficou ligado, traduziu-se numa venda circular registada num só dia.

A 30 de Novembro de 2001, após a assinatura do acordo do contrato de promessa de compra e venda rubricado por Dias Loureiro, a SLN pagou cerca de 31 milhões de dólares pela aquisição de 25 por cento das acções da Biometrics, empresa tec-

nológica. Nesse mesmo dia, a ‘dona’ do BPN vendeu a posição na firma ao Excellence Assets Fund, fundo do Luxemburgo. Só que, apesar de já ter realizado a venda, a SLN comprou nessa data o Excellence Assets Fund à sociedade La Granjilla (que detém a urbanização onde o libanês El-Assir tem uma vivenda) pelo valor de 21 milhões de dólares, retomando a posição na tecnológica, mas perdendo cerca de 10 milhões. ■ D.R.



PCP | **HONÓRIO NOVO**

Honório Novo disse que a notícia do 'Expresso' não o surpreendeu e que o PCP vai tomar iniciativas para que as "contradições relevantes" sejam elucidadas

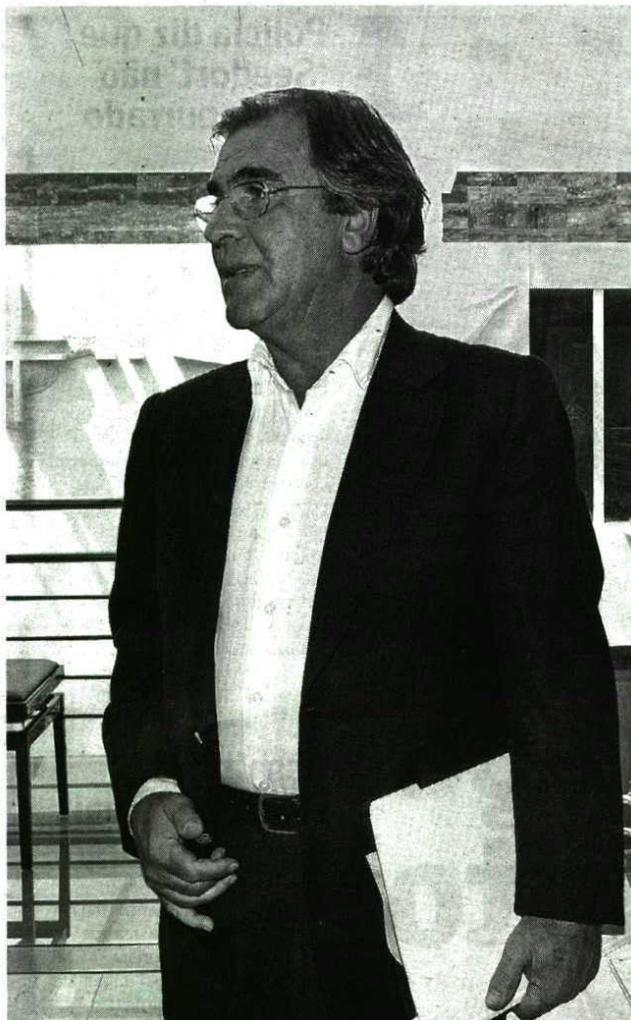


CDS-PP | **NUNO MELO**

O deputado do CDS-PP considerou que Dias Loureiro deveria tomar a iniciativa de se dirigir à comissão de inquérito e, se não o fizer, o CDS-PP irá requerer a sua comparência

AR | **VIEIRA JORDÃO**

Vieira Jordão, na altura administrador da SLN Novas Tecnologias, garantiu na Comissão ter alertado para os elevados riscos do negócio da compra de duas sociedades falidas em Porto Rico



Comissão apura elementos

■ A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso do BPN, presidida pela ex-ministra da Saúde, Maria de Belém, teve cerca de dois meses de reuniões. E, segundo uma intervenção no Parlamento de um deputado do CDS-PP, Nuno Melo, estas reuniões foram gastas nas questões processuais. No essencial, para Nuno Melo, "ao contrário do que foi dito pelo governador do Banco de Portugal, o supervisor já tinha conhecimento do Banco Insular (BI), pelo menos desde 2004".

A partir dos dados que têm sido conhecidos, o CDS-PP considera que "nos quadros do BPN, e da SLN, a existência do BI não era desconhecida." E precisa que "os seus movimentos poderiam ser consultados, quer por responsáveis da administração, quer da supervisão, interna e externa".

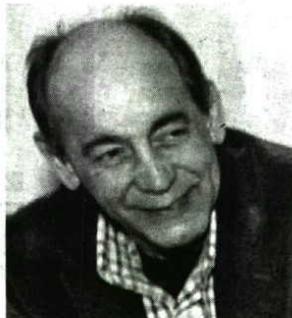
Por isso, segundo Nuno Melo, "se os poderes de supervisão têm sido exercidos a tempo, o prejuízo para o contribuinte não seria tanto". Até porque, frisou, se "confirmou a suspeita de que a auditoria externa ao BPN não foi solicitada pelo supervisor [Banco de Portugal]".

Nuno Melo salientou ainda que, "quando o supervisor deliberou uma auditoria externa, esta já estava a ser feita, por decisão da administração de Miguel Cadilhe". Para o CDS-PP, "gravíssima é também a prova de que o Banco de Portugal questionou o BPN sobre o BI em 2007 e se conformou com a ausência de resposta".

Nuno Melo disse que, no entender do CDS-PP, se "tornou ainda claro que os órgãos superiores do BPN conheciam amplamente a actividade do BI e dos veículos utilizados ilicitamente". Mais: "Não se compreende ainda que tenham sido precisos quatro anos para que só em 2008 o Banco de Portugal tenha sido capaz de detectar movimentos para o BI, realizados em 2004, pedidos pela PGR."

Para o CDS-PP, "parece crescentemente documentado que as imparidades do BI foram detectadas por uma auditoria da Mazars, e não por qualquer acção inspectiva do Banco de Portugal." ■

Banco de Portugal não teve resposta do BPN e conformou-se



■ **João Semedo.** O deputado do Bloco disse que Loureiro deveria sair do Conselho de Estado para o qual não devia ter sido convidado.



■ **Belém.** A presidente da Comissão afirmou que não ia "tomar nenhuma iniciativa individual" sobre as declarações de Loureiro.



■ **Paulo Portas.** Foi o CDS-PP que pediu a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN.



■ **Loureiro.** Dia Loureiro alega que não mentiu e que disse apenas o que achava realmente relevante para o esclarecimento do assunto. Além disso, considera que não há motivo para pedir a demissão de conselheiro de Estado. Ontem mesmo terá ligado à Presidente da Comissão, Maria de Belém, a disponibilizar-se para ir novamente ao Parlamento esclarecer tudo.

Buraco financeiro do BPN já vai em 1800 milhões de euros

● O buraco financeiro do BPN já ascende a 1800 milhões de euros, uma verba que representa metade do investimento previsto para a construção do novo aeroporto de Lisboa. Face a esta dimensão do buraco financeiro do BPN, já surgiram várias críticas à sua nacionalização no final do ano passado.

A nova administração do BPN, liderada por Francisco Bandeira, já salvaguardou que, apesar do montante elevado das perdas financeiras do banco, só no final da operação de recuperação é possível avaliar com precisão o valor do prejuízo do BPN. Desde logo, porque o banco tem património para vender e há interessados em comprar.



Francisco Bandeira, líder do BPN

Para já, a própria CGD parece interessada na compra do BPN. Quando o banco foi nacionalizado, previa-se que o prejuízo fosse da ordem de 700 milhões de euros. ■

MAIS DADOS

- **129 MILHÕES**
O BPN ocultou 129,5 milhões de euros da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma sociedade offshore controlada pelo grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN).
- **242,2 MILHÕES**
Entre 2003 e 2006, o BPN injectou um total de 242,2 milhões de euros na ERGI Empreendimentos, na forma de empréstimos concedidos pelo Insular de Cabo Verde, uma instituição offshore que a SLN controlou de forma clandestina durante vários anos.

**DIA A DIA**

O perfume do regime

O que têm em comum as notícias sobre a fortuna de Mesquita Machado, os negócios de terrenos em Alcochete coincidentes com a nova localização do aeroporto e os lapsos de memória do ex-todo-poderoso Dias Loureiro? A primeira, que se saiba, nada terá a ver com as manigâncias do BPN, já as últimas duas têm uma relação entre protagonistas. Todas, porém, exprimem tudo aquilo que deveria estar nos próximos programas eleitorais dos partidos, mas só de forma irregular isso acontecerá. Ou seja, porventura apenas partidos minoritários terão propostas em matéria de criminalização do enriquecimento ilícito, eliminação de paraísos fiscais, aumento incondicional de meios para a investigação criminal e a criação de novos crimes no domínio autárquico. Mas esses, porque são minoritários, tenderão a ser olhados como 'radicais' pelos influentes cá do burgo e, portanto, nada acontecerá. Uma coisa é certa: fortunas como as de Mesquita Machado há na actual classe política quase aos pontapés e com a mesma dificuldade de explicação; negócios obscuros como os do BPN, já se viu, pululam como coelhos pelo sistema financeiro; lapsos de memória como os de Dias Loureiro são o pão-nosso-de-cada-dia quando se trata de matérias tão delicadas... Ou seja, o pântano vai continuar a perfumar o regime!

EDUARDO DÂMASO
DIRECTOR-ADJUNTO



IMPRESSÃO DIGITAL

Perplexidade

Francisco Moita Flores
Professor universitário

Leio as notícias sobre o BPN com os olhos e o saber de um cidadão médio. Não sei nada sobre a Banca, pouco percebo de acções, obrigações e outros instrumentos correlativos. Tal como qualquer cidadão vulgar, o banco é uma instituição onde é depositado o nosso ordenado e a quem pedimos dinheiro para pagar a casa até sermos velhos. Talvez por isso mesmo me surpreendesse tanto, e não tenho razões para não acreditar em Sócrates, que tenha afirmado ser a nacionalização do BPN um mal menor. A sua falência determinaria um choque terrível no nosso sistema financeiro. É possível.

Agora, face às sucessivas notícias que divulgam negócios fantásticos, milhões e milhões desaparecidos, perdidos, destruídos, à saraivada de críticas que chove de todos os lados da política e de muitos sectores económicos, em guerra declarada com os sistemas de supervisão internos e externos, devo admitir que toda esta gritaria tem, no meu olhar vulgar sobre especiarias bancárias, muitos rabos de palha. Ou seja, não creio que tantos, e tão portentosos, negócios que seguramente levaram anos a fazer, a discutir, a planear, a decidir, a revelar resultados fossem descobertos tão tardiamente e, segundo já ouvi a um especialista, apenas porque a crise financeira

internacional se revelou de forma intensa.

Não é possível que, durante tantos anos, uma instituição pudesse usar a boa-fé dos seus depositantes, do sistema nacional de crédito, dos benefícios fiscais do Estado até ao ponto da sua possível falência ser uma ameaça grave à saúde financeira do País. Teve forçosamente de haver muita negligência, muito desleixo, muita cumplicidade, muitos interesses cruzados para que, a ser verdade tudo o que vem a ser publicado, há muito não se tivesse parado este problema, que, como todos os problemas, começam por ser pequeninos antes de serem enormes e alarmantes.

O Banco de Portugal é o bombo da festa por falta de supervisão. Porém, cheira-me que o fogo cerrado sobre Vítor Constâncio, que algumas responsabilidades terá, é uma forma de iludir a questão essencial: durante muitos

anos, de certeza, que algum administrador menos parvo, ou menos obediente ao presidente do BPN, algum revisor menos estúpido, algum técnico menos idiota, teve de perceber, e esconder, que aquilo não era um banco, mas um espectáculo de ilusionismo. Só uma rede de silêncios cúmplices, de interesses clandestinos organizados pode explicar que durante tanto tempo tantos tenham sido ludibriados por um só homem. Não é possível. Ou melhor, é impossível.

“Cheira-me que o fogo cerrado sobre Constâncio [no caso BPN] é uma forma de iludir a questão essencial”



Dias Loureiro pode voltar ao Parlamento para explicar contradições nos negócios do BPN

Maria Lopes

Expresso revelou ontem os documentos com assinatura de Dias Loureiro. Cavaco Silva recusa dizer se mantém a sua confiança no conselheiro de Estado

● Dias Loureiro deverá ter que voltar a responder na comissão parlamentar de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN) sobre as contradições do seu envolvimento no negócio de compra do fundo Excellence Assets, com sede nas Ilhas Caimão, e que serviu para financiar a aquisição de duas empresas de tecnologia em Porto Rico que estavam falidas.

O actual conselheiro de Estado disse nunca ter ouvido falar no nome da empresa e que não esteve envolvido na operação, mas ontem o *Expresso* noticiou que o contrato de compra das 2262 acções do fundo em 30 de

Novembro de 2001 tem as assinaturas de Dias Loureiro e de Oliveira e Costa, e que o encerramento do negócio, a 22 de Julho de 2002, foi assinado apenas pelo primeiro. E publica cópias dos documentos. Ao jornal Dias Loureiro diz que pode ter assinado os contratos, mas não tem memória disso e reitera que não mentiu à comissão.

O CDS-PP e o Bloco de Esquerda (BE) vão pedir nova audição no Parlamento. “Não nos resta qualquer dúvida de que não disse tudo o que sabia e de que, perante as perguntas que lhe fizemos, faltou à verdade”, disse à agência Lusa João Semedo (BE).

Em comunicado, o CDS avisa que Dias Loureiro “devia tomar a iniciativa de se dirigir à comissão para poder esclarecer e responder pelas contradições e omissões do seu depoimento face aos documentos revelados”. Se não o fizer, assegura, “o CDS não deixará de requerer a sua comparência”. “Foi o CDS que propôs este inquérito e iremos até ao fundo das questões tal a gravidade do que sucedeu no

BPN e a falha de supervisão”, diz o documento assinado pelo deputado Nuno Melo.

Embora a comissão parlamentar avalie apenas a responsabilidade política dos implicados, pode decidir comunicar a existência de mentiras ao Ministério Público, caso estas tenham relevância criminal. Mas isso teria que ser decidido em conjunto pelos mem-



CDS-PP e Bloco de Esquerda vão requerer novamente a presença de Dias Loureiro no Parlamento

bros da comissão e não pela sua presidente a título individual, afirmou Maria de Belém Roseira à Lusa.

Confrontado ontem pelos jornalistas sobre se mantém a confiança no homem que escolheu para o Conselho de Estado, o Presidente da República recusou-se a fazer comentários: “Já falei uma vez sobre o assunto e

isso é suficiente.” No final de Novembro, Cavaco Silva disse não ter “qualquer razão para duvidar” do seu conselheiro, já que este lhe garantiria “solenemente que não cometeu qualquer irregularidade nas funções que desempenhou” em empresas ligadas ao grupo BPN.

Também ontem o semanário *Sol* noticiou que várias empresas da Sociedade Lusa de Negócios, dona do BPN, compraram 6273 hectares de terrenos na Margem Sul, incluindo na zona circundante ao futuro aeroporto de Alcochete. Os negócios foram feitos em 2006 e 2007, sobretudo nos meses que antecederam a decisão governamental de mudar a localização do futuro aeroporto da Ota para a zona de Alcochete - uma das aquisições foi mesmo apenas alguns dias antes. Este património imobiliário está avaliado em 1,3 mil milhões de euros, mas nunca foi incluído nas contas oficiais da empresa então gerida por Oliveira e Costa - só agora está a ser inscrito na contabilidade.



ID: 23836212

15-02-2009

Polémica. O conselheiro de Estado refere que oito anos depois de ter passado pela SLN não tem documentos e que "os lapsos de memória são inevitáveis". Dias Loureiro diz estar disposto a regressar à AR para esclarecer caso do Excellence Assets Fund e diz estar a ser alvo de "uma campanha"

Dias Loureiro justifica-se com falhas de memória

Conselheiro de Cavaco disponível para voltar à AR

EVA CABRAL

Manuel Dias Loureiro garantiu ontem ao DN "estar sempre disponível para regressar ao Parlamento", e recusou a ideia de "ter mentido aos deputados por lhes dizer que nunca tinha ouvido falar no Excellence Assets Fund" quando o *Expresso* ontem publica contratos por si assinados. Em causa estão dois documentos, ou seja, o contrato de promessa de compra de 2626 deste fundo por parte da SLN, documento assinado por Dias Loureiro e Oliveira e Costa em Novembro de 2001, bem como o encerramento, já em Junho de 2002, numa operação que causou ao universo SLN um prejuízo de 38 milhões de dólares.

O actual conselheiro de Estado reforça a ideia de que se "passaram oito anos sobre os factos relatados, o que o pode levar a ter lapsos de memória", o que, em seu entender, é "muito diferente de deliberadamente mentir na comissão de inquérito parlamentar". Segundo Dias Loureiro "não tem nenhuma documentação dos tempos em que passou pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN) pelo que estes lapsos são inevitáveis". Chama ainda a atenção para o facto do actual volume de imparidades do caso BPN se situarem nos 1800 milhões de euros, acrescentando que as perdas de 38 milhões de dólares nas empresas de Porto Rico "apenas se tratou de um negócio que, depois de uma fase inicial de grande entusiasmo, acabou por correr mal".

Considera, por outro lado, estar a ser "alvo de uma campanha do semanário *Expresso*" e adianta mesmo que está a acontecer "na sequência da divulgação de notícias em que apareceu como estando a tentar conseguir financiamentos par o semanário *Sol*". Uma tese que o director do *Expresso*, Henrique Monteiro, desmente (*ver caixa*). Na sequência desta nova polémica,



Dias Loureiro diz que oito anos depois não se lembra de todos os documentos

ca, todos os partidos com assento parlamentar dizem querer ouvir de novo Dias Loureiro na AR. Mas só Honório Novo, do PCP, diz preto no branco que vai chamar o conselheiro de Estado ao Parlamento: "Vamos querer ouvir novamente o dr. Dias Loureiro na comissão, como vamos querer ouvir todas as pessoas em relação às quais se vier a verificar que prestaram depoimentos contraditórios", afirmou o deputado comunista à *Lusa*. Pelo PS, Ricardo Rodrigues, admite existirem "contradi-

ções" e garante que se todos os outros partidos estiveram na disposição de chamar de novo Dias Loureiro, os socialistas não se irão opor.

O PSD, partido de Dias Loureiro, reconhece apenas que "não há uma convergência entre o que entretanto se foi apurando e o que disse o dr. Dias Loureiro, mas no sentido mais de não se recordar", diz Hugo Velosa. O deputado do CDS Nuno Melo considera que "o dr. Dias Loureiro devia tomar a iniciativa de se dirigir à comissão de inquérito para poder esclarecer e responder pelas contradições e omissões do seu depoimento".

recer e responder pelas contradições e omissões do seu depoimento".

Maria de Belém, presidente da comissão de inquérito, referiu não "ir tomar nenhuma decisão individual neste caso". Também o deputado João Semedo, do BE, defendeu que este se devia demitir do seu lugar no conselho de Estado, considerando mesmo que este nunca devia ter sido convidado pelo Presidente da República.

Mas, Cavaco Silva, confrontado com este novo episódio à margem do Roteiro da Juventude (*ver página 31*), reafirmou a sua confiança no conselheiro de Estado: "Já falei uma vez e é suficiente."

Na altura da sua nacionalização, a 2 de Novembro, o "buraco" do BPN estava estimado em 700 mil milhões de euros. Desde então subiu para 1,8 mil milhões, tendo a Caixa Geral de Depósitos injectado no banco 1,4 mil milhões.

SLN com terrenos em Alcochete

Nos meses que antecederam a decisão do Governo de mudar a localização do aeroporto da Ota para a zona do Campo de Tiro de

Alcochete, empresas pertencentes à Sociedade Lusa de Negócios adquiriram terrenos na zona de influência daquela que

viria a ser a localização escolhida. São propriedades avaliadas, "por baixo", em 738 milhões de euros, disse ontem o semanário *Sol*.

A IMUNIDADE ESPECIAL DO CONSELHEIRO

Os conselheiros de Estado têm uma imunidade especial, diferente da que gozam os deputados da Assembleia da República. Um conselheiro de Estado só pode ser presente a juízo com uma autorização prévia do órgão de consulta do PR, que levante a imunidade. Já a dos deputados da AR é levantada quando o crime em causa seja punível com pena superior a três anos de prisão. Só depois de deixar de ser conselheiro de Estado é que um membro do órgão pode ser levado a tribunal.

'Expresso' nega acusação

As afirmações do conselheiro de Estado não colhem junto do director do *Expresso*. Ao DN, Henrique Monteiro recusa a existência de "qualquer campanha do seu jornal contra Manuel Dias Loureiro". Monteiro frisa que o que está em causa "é a existência de documentos que contradizem o que Dias Loureiro afirmou perante os deputados da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN". E acrescenta: "Qualquer jornal que tivesse esses documentos também os publicaria". O jornalista diz que "está na moda dizer há campanhas nos jornais quando estes publicam notícias incómodas para os visados".

MOMENTOS-CHAVE NAS DECLARAÇÕES DE LOUREIRO

Há várias contradições nas declarações de Dias Loureiro desde o momento em que o BPN foi nacionalizado até aos depoimentos que o ex-administrador do banco fez na comissão de inquérito no Parlamento

3 NOV. "Não sei de nada sobre a nacionalização do BPN, nem nunca tive conhecimento de problemas relacionados com o BPN", disse Dias Loureiro à *Lusa*, um dia depois do anúncio do Governo.

15 NOV. Começam a surgir as polémicas e Dias Loureiro escreve ao presidente da Assembleia da República a pedir para ser ouvido no Parlamento.

20 NOV. PS recusa a audição no Parlamento, mas Dias Loureiro na RTP1, no mesmo dia em que o presidente do BPN, Oliveira e Costa é preso, revelou que em 2001 foi falar com o vice-presidente do Banco de Portugal para lhe dar conta

das suas desconfianças sobre eventuais irregularidades no banco. António Marta desmente e diz que Dias Loureiro lhe foi perguntar "porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN", garantindo-lhe que "era tudo boa gente".

27 JAN. "Fiquei a saber há poucos meses através da comunicação social da existência do Banco Insular" (...) Nunca ouvi falar nesse fundo (Excellence Assets)". Estas frases foram ditas por Dias Loureiro na audição da Comissão Parlamentar entretanto criada.

28 JAN. António Marta, vice-governador do Banco de Portugal, assume, no Parlamento, que a supervisão falhou e reafirma as declarações de Novembro.

7 E 14 FEV. O *Expresso* publica documentos que mostram que Dias Loureiro assinou documentos que referiam o Banco Insular e o fundo Excellence Assets.



CASO BPN

Dias Loureiro poderá voltar a ser ouvido no Parlamento

◆ O CDS/PP, PCP e BE querem voltar a ouvir Dias Loureiro na Comissão de Inquérito ao caso BPN. Em acusa, está uma notícia do "Expresso", segundo a qual o empresário mentiu quando negou à comissão conhecer a existência do fundo "Excellence Assets Fund", usado para a compra de duas empresas tecnológicas de Porto Rico, operação que deu um prejuízo de 38 milhões de euros.

"O dr. Dias Loureiro tinha toda a vantagem em tomar a iniciativa de pedir à Comissão que lhe desse a possibilidade de se esclarecer", refere o deputado do CDS Nuno Melo, não excluindo a hipótese de requerer uma audição se o conselheiro de Estado.

Já João Semedo, do BE, garante ter documentos que provam que "há efectivamente contradições e mentiras no depoimento" de Dias Loureiro". Por isso, vai pedir uma nova audição e diz que o empre-

O que se está a descobrir

■ Insular como fachada

António Franco, ex-director de Operações, confessou que o Banco Insular de Cabo Verde servia apenas para financiar empresas do grupo, esconder operações e ocultar lucros e prejuízos.

■ "Off-shores"

Pequito Costa, administrador, revelou ter identificado "entre 94 e 96 off-shores" no grupo, das quais em apenas "seis ou oito" o beneficiário último não era a própria SLN.

■ BPN manda no Insular

José Vaz Mascarenhas, presidente do Insular, reconheceu que as operações que fazia eram determinadas pelo BPN.

sário "já se devia ter demitido de conselheiro de Estado", apesar do presidente da República ter reafirmado ontem não ter "qualquer razão para duvidar" do ex-dirigente do PSD. "Já falei uma vez e é suficiente", disse Cavaco Silva.

O PCP também admite voltar a ouvir Dias Loureiro e outras personalidades, cujos testemunhos revelem indícios de contradições mais complexos". Caso se provem mentiras, Honório Novo garante que "accionará os mecanismos legais". Segundo a presidente da Comissão, a socialista Maria de Belém Roseira, terá que ser comunicado ao Ministério Público "se houver falsas declarações".

Para o PSD, porém, deve-se dar "o benefício da dúvida" a "um deponente que não se recorda de um facto". "Sempre que se considere fundamental o apuramento dos factos, pediremos a audição", diz Hugo Velosa. **HERMANA CRUZ**



BPN ■ ANTÓNIO FRANCO CONSIDERA QUE BDP PODIA TER INTERVINDO "MUITO MAIS CEDO"

Franco fez uma "confissão pública"

■ Banco de Portugal reage às declarações de António Franco, que afirmou ter colaborado na prestação de informação incorrecta à supervisão

● PEDRO H. GONÇALVES

O Banco de Portugal chamou ontem a atenção para a "confissão pública" do ex-director de operações do BPN de que "colaborava na prestação de informações incompletas e não-verdadeiras às autoridades" e lembrou que estão a decorrer processos que podem levar à inibição do exercício de cargos no sistema financeiro.

Regulador salienta "confissão pública" de António Franco

O órgão regulador considera que António Franco, que foi ouvido quinta-feira na comissão de inquérito parlamentar, "se permitiu mesmo sublinhar a eficiência das dissimulações praticadas e a naturalidade com que participou nesses actos". Acrescenta a autoridade de supervisão que tal "deverá, pois, merecer o máximo de rigor da Lei". O Banco de Portugal salienta, ainda, que "estão em curso processos que poderão eventualmente conduzir à inibição de cargos no sistema financeiro". E acrescenta: "Outros possíveis aspectos do foro penal associados às fraudes cometidas no BPN só podem ser considerados pelo Ministério Público." A instituição liderado por Vítor Constâncio termina o seu comentário dizendo: "Esperamos que todos os responsáveis por essas fraudes mereçam a devida avaliação da opinião pública."

António Franco, ex-director de operações do BPN, afirmou aos deputados que o Banco Insular servia apenas para financiar empresas do grupo, esconder operações e ocultar lucros e prejuízos. "Grosso modo, era para ocultar prejuízos e lucros, financiar empresas do grupo e esconder operações", referiu. ■



Vítor Constâncio salienta que estão processos em curso

SAIBA MAIS

● AMEAÇA

António Marta, então vice-governador da entidade de supervisão chamou o conselho de administração do BPN e chegou a ameaçar a instituição com a possibilidade de "tirar a licença de recolha de depósitos".

● 1800

As imparidades e perdas detectadas do Banco Português de Negócios chegam aos 1800 milhões de euros.

● 2007

Foi em Maio de 2007, que António Franco alertou o núcleo duro de acionistas do BPN de que havia práticas menos correctas na instituição

● PROCESSOS

O líder do Banco Português de Negócios, Francisco Bandeira diz que foram ovidos processos disciplinares a funcionários do banco



Cristina Duarte

Licença do Insular revogada

● A ministra das Finanças de Cabo Verde, Cristina Duarte, confirmou que o Banco de Cabo Verde revogou a licença do Banco Insular. Segundo a Inforpress, agência noticiosa cabo-verdiana, o Banco de Cabo Verde propôs ao governo a revogação da licença do Banco Insular e a mesma foi aceite pelo Ministério das Finanças. António Franco, ex-director de operações do BPN, diz que recebeu por vezes "ordens para não registar opera-

ções", sobretudo "de garantias prestadas", algumas a pedido do Conselho de Administração, e especificamente de Oliveira e Costa, mas havendo outros membros do Conselho que teriam conhecimento, como Francisco Sanchez. Revelou também que as operações com o "balcão virtual" e o Banco Insular de Cabo Verde funcionavam da mesma forma e sob ordens das mesmas pessoas, estando todas registadas. ■

Caso BPN: deputados pedem levantamento do sigilo bancário

A COMISSÃO parlamentar de inquérito ao BPN vai avançar para um pedido de levantamento de sigilo bancário e profissional, solicitando igualmente um parecer jurídico que suporte essa decisão.

A decisão resultou do consenso entre os deputados dos vários grupos parlamentares e surge porque várias entidades, entre elas o Banco de Portugal e o próprio BPN, re-

SUPERVISÃO

Se o Banco de Portugal tivesse perguntado de onde vinha o dinheiro, já tinha descoberto, há muito, o Banco Insular

cusaram fornecer documentação ao longo dos trabalhos da comissão. Também vários responsáveis ouvidos na Comissão têm alegado «segredo profissional e bancário» para

recusar responder a algumas perguntas.

A Comissão de inquérito parlamentar tinha adiado a votação sobre o eventual recurso aos tribunais para levantamento do sigilo profissional e bancário. Em causa está um pedido ao Tribunal da Relação de Lisboa. Fontes parlamentares disseram à *Lusa* que, neste tipo de casos [pedidos directos de levantamento de sigilo por comissões de inquérito], a decisão cos-

tuma ser feita em «prazos muito curtos».

Entretanto, durante esta semana, a Comissão de inquérito ouviu mais uma série de intervenientes no caso BPN, mas a polémica surgiu nas declarações do ex-director de Operações do banco, António Franco, que afirmou à *Lusa* que o Banco de Portugal não fez as perguntas suficientes para descobrir o Banco Insular, uma vez que, em regra, se «contenta com

meias respostas» que fazem «desaparecer os problemas». O director de Operações do BPN entre 1999 e 2005 e administrador até 14 de Julho de 2008 afirmou que «se o Banco de Portugal tivesse perguntado de onde vinha o dinheiro, já tinha descoberto há muito o Banco Insular. [As instituições bancárias] acabam por se aperceber dos 'tiques' do supervisor, se este pede informações

só no fim do mês, no fim do semestre, ou no fim do ano. O Banco de Portugal fica satisfeito com meias respostas».

De acordo com António Franco, o grupo SLN «fez sempre muita impressão ao Banco de Portugal», devido à dispersão das áreas de negócio do grupo, que também causava ao banco central «uma enorme dificuldade em fazer o trabalho de supervisão».

A.J.G.



Resultados da comissão ao caso BPN só no segundo semestre do ano

A comissão parlamentar ao caso BCP durou 127 dias. O inquérito ao BPN deverá alongar-se por 180 dias.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES ssimoes@economicasgpps.com

Paula Nunes



Oliveira Costa invocou o estatuto de arguido para não responder aos deputados.

A comissão parlamentar ao caso BPN deve apresentar o relatório final do inquérito só em meados de Junho, o que pode arrastar o debate final no plenário para Setembro, depois das férias parlamentares.

A comissão, presidida por Maria de Belém Roseira, vai receber do CDS/PP um requerimento para prolongar a duração do inquérito. Esta comissão tomou posse a 16 de Dezembro, tendo sido estipulado o prazo de 90 dias para a realização dos trabalhos, que terminaria no próximo mês. Nuno Melo, deputado do CDS/PP, revelou que vai solicitar a prorrogação do prazo, sendo que o regime jurídico dos inquéritos parlamentares prevê que o Plenário conceda um prazo adicional de 90 dias, mediante requerimento fundamentado.

Este requerimento vai ter voto favorável do PS, partido em maioria na comissão, uma vez que o deputado Ricardo Rodrigues adiantou estar disponível em aprovar o prolongamento, "em abono da descoberta da verdade". Os restantes partidos não deverão opor-se, até porque a lista das pessoas que pretendem inquirir é extensa.

Feitas as contas a apreciação e votação do relatório final só deverá ocorrer em meados de Junho, adiando para Setembro, depois das férias parlamentares, o debate final no Plenário, tal como no caso BCP.

O processo BCP, que também teve prorrogação, ficou concluído em 127 dias. A actual comissão, que tem como objecto analisar as causas que levaram à nacionalização do BPN e a supervisão bancária inerente, pode precisar de mais 50 dias.

LEVANTAMENTO DE SIGILO CONCENTRA ATENÇÕES

Os partidos ambicionam para o caso BPN um desfecho diferente da comissão ao caso BCP, onde muitas das perguntas ficaram sem resposta, com Jardim Gonçalves, entre outros, a escudarem-se no segredo de justiça. Na altura, o Bloco de Esquerda apresentou requerimento para levantamento do sigilo bancário, rejeitados pelo PS e PSD. Desta vez, há consenso entre os partidos e a comissão decidiu já avançar com o recurso para o tribunal. Em causa está a recusa do Banco de Portugal e do BPN em enviarem informação solicitada pela comissão.

O CDS/PP vai pedir o prolongamento do prazo dos trabalhos da comissão. O PS já se mostrou favorável.

PRÓXIMOS PASSOS

AGENDA

- > A comissão ainda não agendou as próximas audições.
- > Existe uma hierarquia definida para planeamento das audições: elementos de direcção ou quadros técnicos de primeira linha; auditoras internas e externas; administradores; accionistas de referência; elementos de supervisão e entidades de fiscalização e por último membros do Governo.

AUDIÇÕES AGUARDADAS

- > Entre os vários nomes que constam na lista dos depoentes requeridos por cada partido, Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos são as personalidades mais aguardadas, mas que serão dos últimos a ir ao Parlamento.

ÚLTIMO REQUERIMENTO

- > O CDS-PP entregou o requerimento - aprovado pelo PCP -, pedindo a audição a Leonel Mateus, quadro do BPN e Nuno Luz Almeida, antigo administrador da instituição.
- > O PCP quer ainda que Jorge Rodrigues, antigo auditor interno do BPN, cujos relatórios foram censurados por Oliveira Costa, seja chamado ao Parlamento.

“Subordinados” de Oliveira Costa revelam ilegalidades

SANDRA ALMEIDA SIMÕES ssimoes@economicasgpps.com

Na primeira audição da comissão ao caso BPN, o antigo presidente do banco, optou pelo silêncio. Resultado? Frustração da quase generalidade dos partidos pela oportunidade perdida e pelo receio que a comissão se salde por fracasso. Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, salientou que o grupo teria “um trabalho espinhoso”, garantindo no entanto que o si-

lêncio do ex-banqueiro não punha em causa a ordem de trabalhos. E, de facto, um mês depois, foram antigos “subordinados” de Oliveira Costa a denunciar as ilegalidades ocorridas durante ano, sobretudo, as operações financeiras entre o Banco Insular e o BPN. António Franco, antigo director de operações do BPN, e António José Duarte, quadro desse departamento até 2006, revelaram como eram efectuadas as “várias centenas de operações”, os responsáveis

pelas ordens e a sua finalidade.

As transferências do Insular eram ordenadas por José de Oliveira Costa, Francisco Sanches e Luís Caprichoso, antigos administradores e por pessoas do gabinete do ex-banqueiro, como Leonel Mateus, revelou António Franco. “O insular servia para esconder operações e ocultar prejuízos e lucros”, desvendou.

António José Duarte, por sua vez, confessou ter registado operações, a partir do seu computador na sede do BPN, em Lisboa.



ANTÓNIO FRANCO
Ex-director de operações do BPN

Revelou que o BdP pediu acesso às contas do Insular “muito antes de 2007” mas acusou o supervisor de se contentar com as “meias respostas” do BPN.



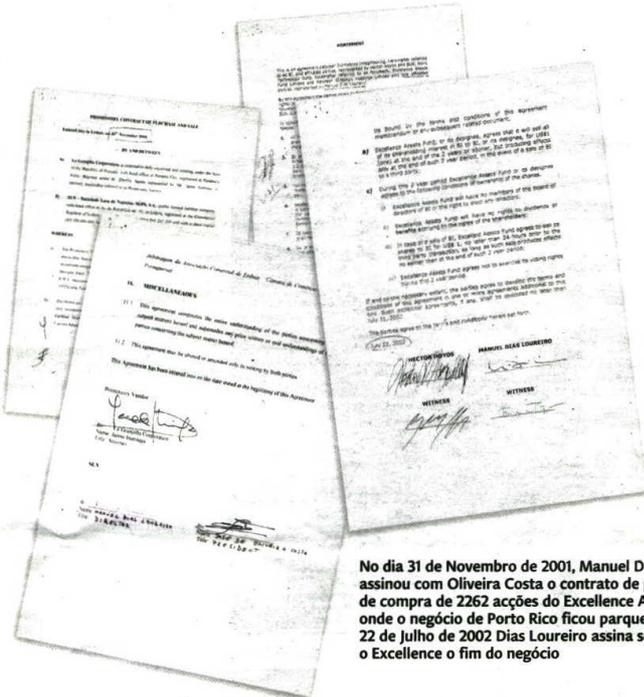
ANTÓNIO JOSÉ DUARTE
Quadro da direcção de operações até 2006

Confessou que foi um dos colaboradores que registou operações entre o Insular e o BPN e que o Insular “era do conhecimento público e soberano”.

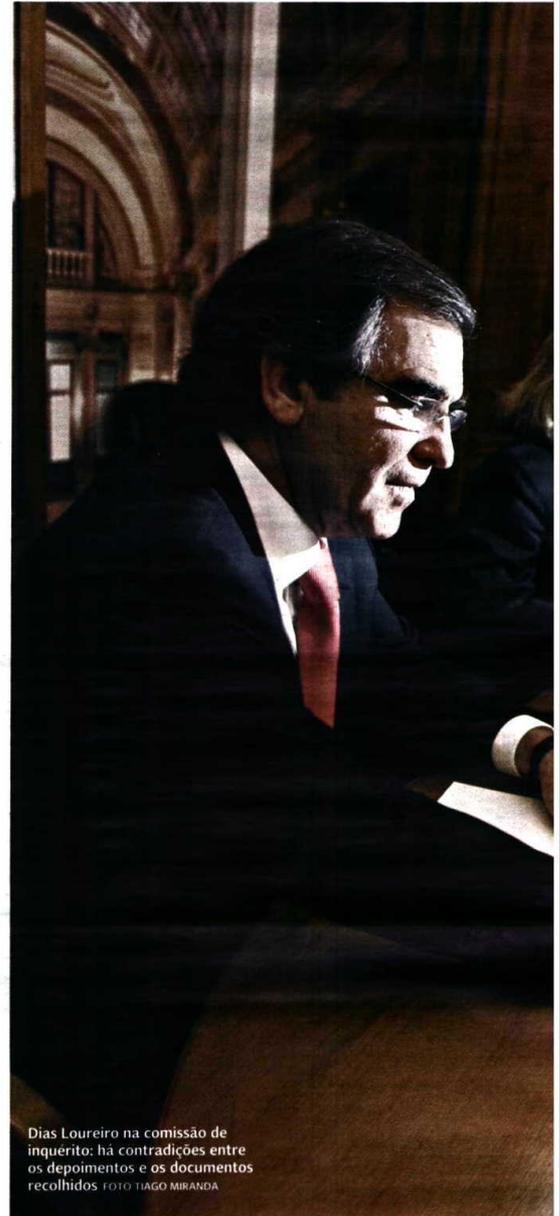


Caso BPN Ex-ministro afirma que não mentiu ao Parlamento, mas admite não se lembrar de factos essenciais

Assinou e esqueceu



No dia 31 de Novembro de 2001, Manuel Dias Loureiro assinou com Oliveira Costa o contrato de promessa de compra de 2262 acções do Excellence Assets Fund, onde o negócio de Porto Rico ficou parqueado. No dia 22 de Julho de 2002 Dias Loureiro assina sozinho com o Excellence o fim do negócio



Dias Loureiro na comissão de inquérito; há contradições entre os depoimentos e os documentos recolhidos. FOTO TIAGO MIRANDA

Contratos desmentem Dias Loureiro

Texto ISABEL VICENTE

Nunca ouvi falar nesse fundo". Foi com esta clareza que Manuel Dias Loureiro respondeu aos deputados que o questionaram sobre o Excellence Assets Fund na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN). "E tem ideia de o BPN ou a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) alguma vez terem adquirido este fundo?" — perguntaram então os deputados. "Não, não tenho", voltou a responder o ex-administrador da SLN.

Foi assim que Dias Loureiro abordou o tema do Excellence Assets Fund na Comissão. Mas os factos são outros. O Excellence é parte decisiva nos dois documentos fundamentais do negócio. E os dois têm a assinatura do actual Conselheiro de Estado (a que o Expresso teve acesso). No início do negócio foi neste fundo que ficou estacionada a participação do BPN em Porto Rico e o fundo voltou a ser parte no contrato que encerrou o negócio em 2002.

O contrato de promessa de compra de 2626 acções do Excellence (com sede nas Ilhas Caimão) por parte da SLN, foi assinado por Dias Loureiro e Oliveira Costa em 30 de Novembro de 2001. O encerramento foi assinado em 22 de Julho de 2002, deixando um prejuízo de 38 milhões de dólares no grupo BPN.

Dias Loureiro afirmou também na comissão não ter sido ele a realizar o negócio e fez questão de sublinhar que era uma equipa de advogados que tinha essa incumbência. O ex-ministro afirmou ter apenas "avaliado o negócio" e esclareceu: "Quanto ao negócio em si, não tive nada a ver com ele, não

fiz pagamentos, não sei como são os pagamentos. São coisas diferentes".

Porém, o objectivo do contrato de promessa de compra e venda de 30 de Novembro eram precisamente as acções do Excellence Assets Funds.

Num momento posterior, e dada a necessidade de desvinculação do negócio de compra da Biometrics e da Nova Tech (as duas tecnológicas-fantasma) por ser necessário injectar mais dinheiro do que o inicialmente previsto (já ascendia a 71 milhões de euros) —, Dias Loureiro foi mesmo o único a assinar o contrato, em representação da SLN Novas Tecnologias.

Confrontado pelo Expresso com o facto de ter afirmado desconhecer o fundo, nem se recordar de ter assinado contratos, Dias Loureiro, afirma que "não tenho memória de ouvir falar em nenhum Excellence Assets Fund". E mais uma vez afirma: "Toda a operação definitiva não fui eu que tratei. Estive envolvido na fase inicial. Quem terá depois tratado da compra foi Jorge Vieira Jordão, o mesmo que já havia dito à comissão".

Dias Loureiro sublinha ainda ao Expresso: "Não me lembro dos contratos, posso ter assinado, se vocês o dizem, mas não tenho memória. Foram dois actos isolados. Não tenho arquivo nenhum. Sei que assinei o memorando de entendimento no início do contrato e mais nada".

Questionado se face à documentação sente alguma necessidade de ir prestar novos esclarecimentos ao Parlamento diz que não. "Não lhes menti em nada. Falei da estrutura do negócio e expli-

quei tudo. Nunca menti na comissão, disse aquilo de que me lembro".

Quanto a manter-se como conselheiro de Estado, está de consciência tranquila. "Não cometi nenhuma ilegalidade. Esse é o meu sentimento profundo. Acreditava em quem me dizia que as coisas eram feitas daquela maneira". E refere: "Se me recordasse do tal fundo acha que ia perguntar a Oliveira Costa onde estava a participação das empresas de Porto Rico? Não tinha noção onde estavam".

Para os deputados tudo isto começa a parecer uma história mal contada. Nuno Melo, do CDS-PP, afirma que, "a ser verdade o que o Expresso publica, isso contradiz o que Dias Loureiro assegurou à comissão". Hugo Veloso, do PSD, admite voltar a chamar alguns responsáveis, mas não ainda "nesta fase". Há contradições fundamentais. O próprio Dias Loureiro terá dito coisas que os documentos a que entretanto tivemos acesso (já depois de ser ouvido) desdizem". Já Ricardo Rodrigues, deputado do PS, afirma: "Tenho a convicção de que há pessoas que mentiram. Há contradições flagrantes em vários depoimentos, entre os quais o de Dias Loureiro". E deixa um aviso: "levo muito a sério o sentido das pessoas que faltam à verdade. Se o fizerem devem ser chamadas à responsabilidade". O deputado do Bloco de Esquerda João Semedo anuncia que vai pedir uma nova audição de Dias Loureiro, porque "as contradições recaem no facto de Dias Loureiro não se limitar a ser um estrategista do negócio. Interveio no financiamento das operações em Porto Rico, diz não saber do fundo".

Segundo Honório Novo, do PCP, "há muitas contradições entre os testemunhos das várias audições". Não quis, para já, valorizar o depoimento de ninguém, embora admita voltar a chamar alguns responsáveis.

O QUE DISSE DIAS LOUREIRO

"Nunca ouvi falar nesse Fundo (Excellence Assets Fund)"

MANUEL DIAS LOUREIRO, NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, 27 DE JANEIRO

"Não fui fazer o negócio. Quem estava a trabalhar o negócio não era eu, eram advogados (...). Quanto ao negócio em si, não tive nada que ver com ele..."

IDEIA, IBIDEM

"Houve algumas actas que assinei, aquelas que houve, como é evidente. Aliás, garanto-lhe que não devem haver meia dúzia de actas assinadas por mim, na minha ideia. Estamos a falar de um período de cinco anos"

IDEIA, IBIDEM

OS FACTOS

Dias Loureiro assinou o contrato promessa de compra de 2262 acções do Excellence Assets Fund à sociedade La Granjilla Corporation, sediada no Panamá. Dias Loureiro e José Oliveira Costa representaram a Sociedade Lusa de Negócios

31 DE NOVEMBRO DE 2001

Dias Loureiro não só assina o memorando de entendimento da compra das empresas em Porto Rico (Biometrics e Novatech), como disse ao Expresso na passada semana, mas igualmente o contrato de desvinculação desta compra, onde é referido o Excellence Assets Fund e uma offshore, a Newtech Strategic Holding

22 DE JULHO DE 2002

 **Veja o dossiê sobre o tema**
www.expresso.pt/dossies



OS HOMENS-CHAVE

José Oliveira Costa

■ Fundador e presidente do grupo BPN/SLN, queria formar um grupo de novas tecnologias para levar à Bolsa. Deu luz-verde ao negócio de Porto Rico, embora numa segunda fase se recusasse a injectar mais dinheiro

Manuel Dias Loureiro

■ Foi um dos entusiastas do negócio de Porto Rico. Era administrador da SLN e da SLN Novas Tecnologias. Intermediou e participou activamente no negócio das tecnológicas porto-riquenhas. Foi peça-chave na concretização e desfecho do negócio. Foi Dias Loureiro que apresentou Hector Hoyos e El-Assir a Oliveira Costa

Jorge Vieira Jordão

■ Entrou na SLN Novas Tecnologias como técnico para avaliar o negócio de Porto Rico que já estava a ser estudado, em Agosto de 2001. Dá vários pareceres desfavoráveis às operações de compra da Biometrics e Novatech. Mesmo assim o negócio avança e sucede a Dias Loureiro na SLN Novas Tecnologias

Carlos Gonçalves

■ Era administrador da SLN Novas Tecnologias, participou nas reuniões que conduziram à compra das empresas de Porto Rico. Foi, juntamente com Oliveira Costa e Dias Loureiro, na primeira viagem a San Juan, onde estava sediada a Biometrics. Saiu poucos meses depois por discordar do negócio

El-Assir

■ Empresário libanês radicado em Madrid com quem Dias Loureiro estabeleceu amizade, após ter ajuda do político português a fazer os negócios em Marrocos (da Pléiade). Era o principal accionista (não assumido) das empresas de Porto Rico e participou nas reuniões decisivas no Estoril e San Juan de Porto Rico que conduziram à concretização do negócio

Hector Hoyos

■ Surge como sendo o presidente executivo da Biometrics e rubricou contratos com a SLN, mas era apenas o homem de mão de El-Assir. I.V./JOÃO RAMOS

CRONOLOGIA DO NEGÓCIO

Verão de 2001

El-Assir propõe negócio de Porto Rico a Dias Loureiro quando este estava a ultimar a venda da Redal, do universo da Pléiade, em Marrocos. Entretanto, El-Assir desloca-se ao Estoril no seu jacto particular e reúne-se com Oliveira Costa, Dias Loureiro, Carlos Gonçalves e Hector Hoyos. Pouco depois estes portugueses visitam as empresas em Porto Rico. Foi celebrado também um memorando de entendimento sobre a compra das tecnológicas.

Novembro 2001

Apesar de vários pareceres desfavoráveis, concretiza-se a compra das empresas Biometrics Imagination e da NovaTech-Nova Technologies Inc. Nesta altura é ainda efectuada a compra de 2626 acções do Excellence Assets Fund por parte da SLN à La Granjilla Corporation.

Julho de 2002

A 22 é assinado um contrato de desvinculação da compra das duas empresas. Dias Loureiro representa a SLN e Hector Hoyos, a Biometrics. O negócio aborta com um prejuízo de 38 milhões de dólares, mas evita-se injectar mais dinheiro. O Excellence Assets Fund manteve uma participação accionista na Biometrics por mais dois anos. I.V./J.R.

Quando a testemunha mente

Caso uma das testemunhas minta aos deputados, a presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, Maria de Belém, não tem dúvidas: "Se a mentira tiver relevância criminal será comunicada ao Ministério Público". É que, apesar de uma Comissão de Inquérito Parlamentar ter poderes equiparados aos de um tribunal de primeira instância, avalia apenas a responsabilidade política (nunca criminal) dos envolvidos. Ora, o regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito é claro:

"A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal". Isto quer à primeira vista dizer que, caso os depoentes numa Comissão Parlamentar de Inquérito não respondam com verdade às perguntas que lhes forem feitas pelos deputados, podem ser julgados (e condenados) por crime de falsidade de testemunho — punível, de acordo com o Código Penal, com prisão de seis meses até três anos ou multa nunca inferior a 60 dias. Mas esta é uma interpretação da lei. Outra é que, pelo facto de não prestarem juramento (ao contrário do que sucede em tribunal), os depoentes não podem ser acusados de falso testemunho. Até hoje nunca aconteceu. Há que esperar pela primeira vez para verificar qual das interpretações prevalece. C.F.

Conselho de Estado, o escudo invisível

Se vier a ser envolvido judicialmente no processo do BPN, Dias Loureiro estará, num primeiro momento, protegido pelo facto de ser membro do Conselho de Estado (CE) e só deixará de estar se aquele órgão decidir em sentido contrário. O estatuto dos membros do Conselho data de 1984 e é generoso: nos artigos 14º e 15º estipula que, salvo por crime punível com pena maior e em flagrante delito, "nenhum conselheiro pode ser detido ou preso", "indiciado definitivamente por despacho de pronúncia", ou chamado a intervir como "perito, testemunha ou declarante", sem prévia decisão daquele órgão de aconselhamento do Presidente da República. O texto nada diz sobre a eventual constituição de um conselheiro como arguido, mas Marcelo Rebelo de Sousa, jurista e membro do CE, defende que se o Conselho pode travar um processo em que um conselheiro seja acusado, "também o poderá fazer se ele apenas for arguido". Politicamente é, no entanto, pouco crível que tal aconteça. Já aconteceu recentemente com alguns conselheiros que preferiram não depor em tribunal como testemunhas e tiveram cobertura do CE. E mesmo aí Marcelo absteve-se num deles por uma questão de princípio. "Penso que é mau o Conselho cobrir os seus membros", disse o professor ao Expresso. A.S.

Administrador diz que BPN é "um caso de polícia"

Comissão quer levantamento de sigilo para melhor apuramento da verdade. Ex-gestor do BPN admite ter dado informações incompletas ao Banco de Portugal

São cerca de 30 os documentos que a Comissão Parlamentar de Inquérito pediu e não recebeu porque o Banco de Portugal e o BPN alegaram sigilo profissional ou bancário.

Os deputados avançaram com o pedido de levantamento do segredo para o Tribunal da Relação, mas nada está garantido. Apesar de a maioria dos pedidos ser aceite (entre 80 e 90%), o facto de não ser solicitado por autoridades é um senão. Para a Comissão, o levantamento do sigilo iria esclarecer muitas questões contraditórias que têm surgido. A documentação de peças como a troca de correspondência entre o Banco de Portugal (BdP) e os auditores, o Banco Insular, os relatórios de auditoria e listagem de várias operações seriam decisivos para o apuramento da verdade.

Esta semana os trabalhos ficaram marcados pelas audições de Rui Pedras, ex-gestor de Miguel Cadilhe e actual administrador do BPN. Pedras admitiu que o plano de Cadilhe dificilmente teria vingado. Disse mesmo que o

BPN "é um caso de polícia" e uma "mega-fraude". No mesmo dia, terça-feira, Emanuel Peixoto, subdirector de operações, afirmou que as operações do Banco Insular (BI) ainda estão disponíveis para consulta. Já José Vaz Mascarenhas, presidente do BI, revelou, para quem tinha dúvidas, que o Insular sempre foi da SLN e refutou o buraco de €585 milhões imputado ao banco. Acrescentou que o BI era "uma caixa de correio do BPN", já que o BPN decidia e montava as operações de crédito no BI. Periquito Costa, um homem contratado por Cadilhe para detectar as *off-shores* escondidas na SLN, encontrou 94, e revelou que estas serviam para financiar prejuízos como créditos em mora ou incobráveis.

António Franco, ex-director de operações e ex-administrador, admitiu ter colaborado na prestação de informações não-verdadeiras às autoridades, porque não lhe faziam as perguntas certas, referindo que o BdP "podia ter intervindo muito mais cedo". Estas afirmações provocaram uma reacção por parte do supervisor, que em comunicado diz que a confissão de António Franco de "prestação de informações incompletas e não-verdadeiras às autoridades merece o máximo rigor da lei na apreciação dos seus actos". I.V.



Dias Loureiro mentiu à Comissão de Inquérito

Expresso revela contrato negociado com **veículo de investimento** que ex-ministro negou conhecer no Parlamento. Conselheiro de Estado afirma que não faltou à verdade, apenas relatou **o que se lembra**. Deputados ponderam **voltar a ouvi-lo**

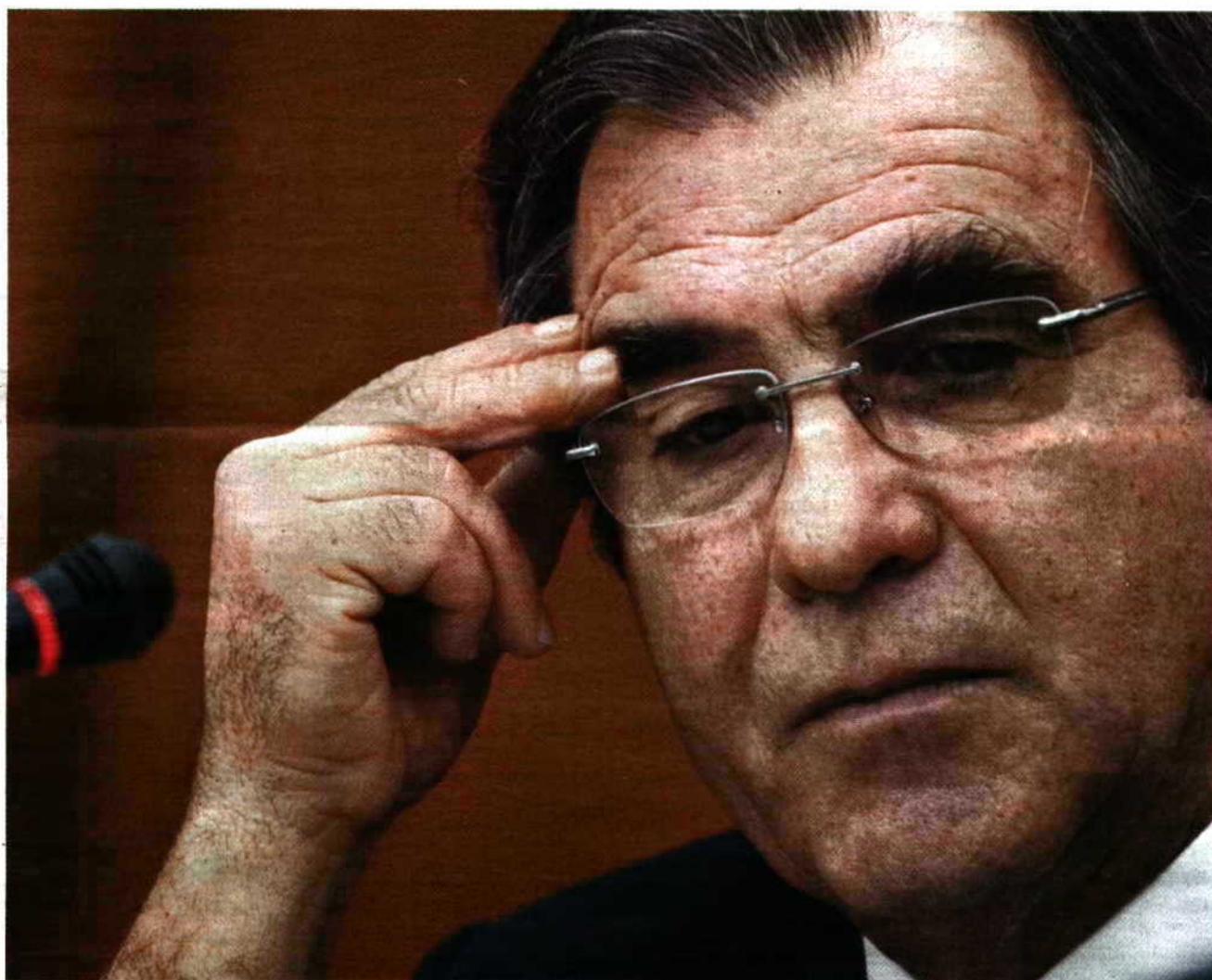


FOTO TIAGO MIRANDA

O ex-ministro e conselheiro de Estado disse à Comissão de Inquérito ao caso BPN que nem sequer sabia que existia o Excellence Assets Fund — um veículo fundamental para uma compra ruinosa (prejuízo 38 milhões de dólares) de duas empresas tecnológicas em Porto Rico.

Porém, documentos revelados pelo Expresso demonstram que Dias Loureiro assinou dois contratos onde esse fundo é parte. Ou seja, além de ter participado

Pergunta: Não tem alguma ideia de o BPN ou a SLN alguma vez terem adquirido esse fundo (Excellence Assets Fund)?

Resposta: Nunca ouvi falar nesse fundo, não faço a mínima ideia (...)

em todo o negócio, como já divulgáramos na semana anterior, o ex-administrador da SLN não disse a verdade ao Parlamento, o que é considerado grave, uma vez que as Comissões de Inquérito funcionam com a mesma dignidade que os inquiridos da Justiça.

Confrontado pelo Expresso, Loureiro mantém que não mentiu quando disse desconhecer o Excellence. “Disse aquilo de que me lembro”, afirmou. **P4**